

Congresso entra em ritmo de campanha

Parlamentares discutem e votam em Brasília com a cabeça voltada para seus Estados

LUCIANO SUASSUNA

BRASÍLIA — A proximidade das eleições alterou o ritmo dos trabalhos no Congresso. Durante toda a semana, deputados e senadores começaram votações como a da Lei Provisória 188 — que prorrogou até o final do ano as atribuições do Conselho Monetário Nacional — no rol das suas preocupações secundárias e se empenharam em projetos que pudessem lhes trazer dividendos eleitorais. Entre eles está o que amplia as penas para autores de crimes considerados hediondos ou o que estabelece reajuste automático para os salários. “A gente vem para cá, mas fica com a cabeça no Estado”, confessa o deputado Antônio Perosa (PSDB-SP).

Na noite de quarta-feira, por exemplo, enquanto o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, conduzia a sessão que analisava os vetos presidenciais ao Plano Collor, o senador Mário Covas, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, gravava uma mensagem de televisão pedindo votos para o deputado Antônio Mariz, que disputará o Senado pelo PMDB da Paraíba. Nesse momento, o deputado

tia desconhecer o que estava sendo votado. Sua cabeça estava longe, voltada para suas bases em municípios do Oeste baiano. Sobre a mesa do plenário, ele somava os votos que espera receber dos eleitores da região no dia 3 de outubro.

O ano do Congresso só não se encerrou na sexta-feira porque o parágrafo 2º do Artigo 57 da Constituição suspende o recesso Legislativo enquanto deputados e senadores não aprovarem a Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO). Obrigados a permanecer em Brasília, os parlamentares aproveitam para atualizar técnicas de propaganda ou trocar experiências eleitorais. Na quinta-feira, por exemplo, o deputado Gastone Righi, líder do PTB, circulou pelo plenário com uma cédula que imitava a raspadinha — loteria instantânea — paulista. “Desta vez raspe certo”, dizia a cédula, que, depois de arranhada, exibia o nome de Paulo Maluf, candidato ao governo pelo PDS.

Durante um jantar na noite de quarta-feira, três deputados de São Paulo — José Camargo, do PFL, Teodoro Mendes, do PMDB, e Tidei de Lima, também peemedebista que apóiam Luiz Antônio Fleury Filho mediam seu prestígio pelo número de eleitores que abrigam em seus cadastros. Camargo é dono de umas das mais volumosas listagens do País (350 mil pessoas), mas Teodoro Mendes



André Dusek/AE

Genócio cochicha com Ulysses no plenário: recesso só depois da aprovação da LDO

tem trabalhado com mais afinco nos finais de semana. No seu escritório em Sorocaba, ele chega a receber 200 eleitores a cada sábado e domingo.

As maiores preocupações dos políticos, porém, são de caráter financeiro. Uma campanha barata, mesmo num Estado pobre como o Piauí, por exemplo, não sai por menos de US\$ 200 mil. Um candidato a deputado federal por Alagoas admite que poderá gastar até US\$ 1 milhão em função da

concorrência. O problema é que deputados e senadores estão com o dinheiro economizado para a campanha bloqueado no Banco Central. Além disso, a maior parte dos empresários tem se recusado a contribuir, alegando a mesma dificuldade. Mais ainda: com o fim do cheque ao portador e do caixa 2 das empresas, as contribuições têm de sair por fontes legais, e, portanto, estão sujeitas ao Imposto de Renda. “Isto encareceu as campanhas em pelo menos

25%, afirma um deputado do PFL que tenta o quarto mandato na Câmara.

Existem deputados que ganharam votos a partir de Brasília emprestando seu nome a projetos eleitoralmente simpáticos e que foram aprovados esta semana. Joaci Góes, do PSDB da Bahia, conseguiu espaço nos jornais e na televisão por ter sido o relator do Código de Defesa do Consumidor, aprovado na quarta-feira. Roberto Jefferson, do PTB do Rio, pegou carona

na indignação causada pelo sequestro do empresário Roberto Medina e aprovou um projeto que amplia as penas para autores de crimes hediondos. Amaral Netto, do PDS do Rio, ganhou destaque com a defesa da sua proposta de instituição da pena de morte no País. “Aluguei um apartamento num hotel do Rio e agora só preciso andar pela Baixada Fluminense, apertar a mão do eleitor e dizer: prazer, meu nome é Amaral Netto”, alegria-se ele.

“Depois desta semana, eu não apareço mais aqui”, garante um deputado do PFL. “Só volto em outubro, se ganhar a eleição.” Pelo cronograma dos trabalhos da Câmara, deverá haver apenas duas semanas de “esforço concentrado”, em agosto e em setembro, para a votação de matérias mais urgentes. Fora disto, deputados estão desimpedidos de comparecer ao plenário, embora continuem recebendo integralmente seus salários.

Os únicos parlamentares que se mostravam tranquilos, durante a semana, eram os que decidiram não concorrer à reeleição. “Vou deixar a vez para os mais novos”, disse o deputado Expedito Machado (PST-CE), que vai transferir seus votos para o filho, Sérgio Machado, candidato a deputado federal. “Preciso cuidar das minhas fazendas”, justificou por sua vez o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES).